

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PALMEIRAS-RS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020
MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL
REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Proteitura Municipal de Três Palmeiras
Recebido em 21/08/2020
Assinatura
Município de Três Palmeiras – RS
Deise Kossmann
Dirigente de Convênios e Contratos
Portaria nº. 48/2017

IMPUGNAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2020

A empresa **Ilumina Energia Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ 29.678.767/0001-56, com sede na Rua Hugo Lisboa, 320, Bairro Petrópolis, Passo Fundo-RS, CEP 99.050-120, neste ato representada por seu representante legal Eduardo Cardoso Pereira De Marco, portador do CPF nº 014.452.311-66, vem, conforme permitido no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de **IMPUGNAR** os termos do **Edital de Concorrência Pública de nº 001/2020**, que adiante especifica o que faz na conformidade seguinte:

I- DA TEMPESTIVIDADE

A presente Impugnação é plenamente tempestiva, uma vez que o prazo para protocolar o pedido é de **02 dias úteis que antecede a abertura dos envelopes**, conforme informado no item 16.7 do edital licitatório, segundo se transcreve:

16.7- Qualquer impugnação sobre o presente certame deverá ser formulada por escrito e protocolada à Comissão Permanente de Licitações até 2 (dois) dias úteis que antecede a abertura dos envelopes. Não serão aceitas impugnação via e-mail e fax.

Em face do exposto, considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação e sendo a mesma tempestiva, deverá ser conhecida e julgada a presente impugnação ora formulada.

II- DOS FATOS

A empresa, ora Impugnante, obteve o Edital de licitação através do site <https://www.trespalmeiras.rs.gov.br/editais> e, ao analisar todas as suas condições, detectou-se **ilegalidades no referido edital**, as quais põem em risco a sua participação no certame, tanto quanto de quaisquer outros prováveis interessados.

O instrumento convocatório trouxe, dentre as exigências atinentes à qualificação técnica, retratada no item **3.1.5 – 2**, conforme imagem abaixo, a qual descreve a necessidade de: **“Apresentar Certificado reconhecido pela Resolução CNE/CES nº 1 - MEC - Ministério da Educação em Energias Renováveis”**, resolução esta que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de **pós-graduação lato sensu** denominados cursos de **especialização**, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996.

3.1.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 1) Certificado de registro da empresa no CREA ou no CAU (pessoa jurídica), devidamente atualizado e em pleno vigor;
- 2) **Apresentar Certificado reconhecido pela Resolução CNE/CES nº 1 - MEC - Ministério da Educação em Energias Renováveis**
- 3) Declaração subscrita pelo seu representante legal designando o(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(eis) técnico(s) pela execução do objeto e discriminado a qualificação técnica deste(s), devendo ser, no mínimo, um Engenheiro Eletricista, com o devido registro ou inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia);

Assim, verificou-se que o edital está claramente preponderando a participação nessa licitação **por profissionais com pós-graduação em Energias Renováveis**, formação esta que é desnecessária para efetivar o objetivo dessa licitação e que acaba por depreciar as atividades das diferentes modalidades de profissionais da Engenharia.

Ilumina Engenharia Ltda

Rua Hugo Lisboa, 320, Bairro Petrópolis, Passo Fundo, Rio Grande do Sul

CEP 99.050-120

Tel. +55 (54) 3361-4002

www.iluminaenergia.com.br - contado@iluminaenergia.com.br

CNPJ 29.678.767/0001-56

Além do mais, chama atenção o fato de que a resolução citada não tem relação direta com o setor elétrico ou com a engenharia, uma vez que a mesma diz respeito somente as regras para o **oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu**, ou seja, se refere a condições estabelecidas pelo Ministério de Educação para a criação de cursos de especialização. Assim sendo, é notória a necessidade de qualquer curso oficial possuir a chancela do MEC. Contudo, não há qualquer relação entre a titulação definida no edital e as atividades necessárias ao objeto da licitação.

O requisito da qualificação técnica apresentado no edital, além de descabido, resulta em flagrante aberração **ao prever exclusivamente uma titulação obtida em curso de pós-graduação lato sensu, excluindo titulações de cursos stricto sensu na área**, notoriamente de maior peso e complexidade. Este fato faz com que, por exemplo, um profissional com titulação de mestrado ou doutorado em sistemas de energia e que seja habilitado, não possa participar da licitação.

Em sendo assim, a exigência presente no edital não tem justificativa técnica e vai contra o interesse público, ao excluir a maioria dos profissionais que atuam na área da geração de energia, restringindo a participação de profissionais com determinada formação e que, além de muito específica, **é desnecessária para o objeto da licitação, uma vez que todos os requisitos técnicos, indicados no edital, poderão serem cumpridos plenamente pelos profissionais de Engenharia Elétrica.**

Dessa forma, verifica-se que o edital está maculado de vício insanável de tal forma que prejudica **completamente o caráter competitividade** da presente licitação.

Assim sendo, excluir a impugnante **viola a todos os princípios constitucionais** que prezam pela eficiência, isonomia, competitividade (ampla concorrência), finalidade e, em especial, **moralidade**.

III– DO DIREITO

Conforme acima já destacado, consta no edital, quanto a qualificação técnica, que um dos requisitos exigidos para participação na licitação é a apresentação do **Certificado reconhecido pela Resolução CNE/CES nº 1 - MEC - Ministério da Educação em Energias Renováveis**. Todavia, o estabelecido no edital acaba por infringir o princípio da **competitividade e da isonomia**, previstos na Lei de Licitações de nº **8.666**, de 21 de junho de 1993.

Destaca-se que o edital de nº 001/2020, menciona no item **1.1** o objetivo da licitação, sendo este: o “REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais contratação de empresa para instalação **TURN-KEY** de **Sistemas de Mini e ou Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRID**, compreendendo a elaboração do projeto, a aprovação instalação e efetivação do acesso deste junto à concessionária de energia, o fornecimento de todos os equipamentos e materiais, a instalação, a efetivação do acesso junto à concessionária de energia, o treinamento, manutenção e suporte técnico, adequação física do terreno, devidamente relacionados e especificados no anexo I (termo de referência) e no anexo II deste edital, a serem fornecidos quando deles a Administração Pública Municipal tiver necessidade.

Isto significa dizer, que frente ao objetivo citado resta corroborado que para perfazer o mesmo, **NÃO** há a necessidade de um curso latu sensu, uma vez que projetos de geração de energia são atribuições claras e competentes dos profissionais da Engenharia Elétrica, conforme destaca a **Resolução nº 218/73**, em seu **artigo 8º**, o qual assevera tais alegações:

Art. 8º - Compete ao ENGENHEIRO ELETRICISTA ou ao ENGENHEIRO ELETRICISTA, MODALIDADE ELETROTÉCNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à geração, transmissão,

distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas; sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Necessário também fazer menção ao artigo 1º, desta mesma resolução, o qual destaca:

Art. 1º - Para efeito de fiscalização do exercício profissional correspondente às diferentes modalidades da Engenharia, Arquitetura e Agronomia em nível superior e em nível médio, ficam designadas as seguintes atividades:

Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;

Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;

Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;

Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;

Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;

Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;

Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;

Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;

Atividade 09 - Elaboração de orçamento;

Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;

Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;

Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;

Atividade 13 - Produção técnica e especializada;

Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;

Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;

Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;

Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;

Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Dessa forma, resta explícito no item **3.5.1 - 2 a discriminação** ao profissional de Engenharia Elétrica, tendo em vista que este é amplamente **capacitado de executar e perfazer o objetivo da presente licitação**.

Além do mais, a qualificação técnica descrita no edital é referente a curso de especialização, a qual não gera qualquer atribuição profissional, uma vez que há cursos que abordam superficialmente questões sobre diversas formas de geração de energia (eólica, fotovoltaica, heliotérmica, geotérmica, maremotriz, biomassa), que dispõem da certificação citada no edital. Isso significa dizer que, o edital está adotando como condição para participação, uma titulação que claramente **favorece poucos profissionais**, que dispõem de titulação potencialmente irrelevante ao objeto da licitação, restringindo a participação de profissionais de Engenharia Elétrica, com vasta experiência em geração de energia e sistemas fotovoltaicos.

Ademais, outro indicativo de que a exigência imposta não condiz com critério técnico ou questão relevante ao escopo do projeto, é o fato de **não haver qualquer legislação, norma ou recomendação publicada por órgãos oficiais relacionados ao sistema elétrico**, ou mesmo, **associações não governamentais**, que indique a importância da titulação lato sensu na área de energias renováveis para exercer atribuições na geração fotovoltaica.

Enfatiza-se que, o princípio da competitividade é princípio atinente somente à licitação e está diretamente ligado ao princípio da isonomia. Ora, manter as condições para que haja uma **competição isenta de dirigismos, preferências escusas ou interesses dissociados da coisa pública** é, em primeira instância, **cuidar para que essas condições de participação do certame sejam equânimes para todos os interessados**. Simplesmente, podemos afirmar que

não há competição sem isonomia e não há isonomia sem competição. Conforme descreve o artigo 3º, § 1º da Lei nº 8.666/93, a qual prescreve que:

Art. 3º (...) § 1º- É **vedado** aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade**, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância **impertinente ou irrelevante** para o específico objeto do contrato; (grifos nosso)

Assim, pode-se notar que a norma é bastante abrangente em seu dispositivo, usando nada mais que sete verbos, no infinitivo e conjugados (**admitir, prever, incluir, tolerar, comprometer, restringir e frustrar**), para coibir quaisquer atividades que tenham por meta **direta ou indireta afetar o caráter competitivo do certame licitatório**, o que foi claramente afrontado no presente edital.

Além do mais, faz-se mister assinalar que o legislador, mediante o **artigo 3º, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93**, prescreve, também, a observância do princípio da **competitividade**, por considerá-lo, sem dúvida, essencial em certames da espécie de que se cogita, porquanto se faltar a competição entre os que deles participam, a própria licitação perderá sua razão de ser, que é a de conseguir para o Poder Público a proposta que lhe seja mais vantajosa.

Dessa maneira, qualquer exigência no edital deve ser aplicada em conformidade com os princípios de **razoabilidade e proporcionalidade**, inerentes à Administração Pública, buscando seu único fim, qual seja, a participação ampla das interessadas nos processos licitatórios promovidos pela Administração Pública, **e não restringir esta participação**. Afinal, somente desta forma estar-se-á assegurando uma conduta justa e ilibada da Administração na prática de seus atos.

Além de ferir os princípios da competitividade, igualdade, isonomia o direcionamento desta licitação, contraria também o princípio da legalidade, uma vez que fere o que determina a Lei 8.666/93, em seu artigo 7º, § 5º, o qual determina que:

“Art. 7º (...) §5º - É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório”.

Observa-se ainda do entendimento jurisprudencial do egrégio STJ:

É certo que não pode a licitação, em nenhuma hipótese, fazer exigências que **frustrem o caráter competitivo** do certame, mas sim garantir **ampla participação na disputa licitatória**, possibilitando maior número possível de concorrentes, desde que **tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações.**” (STJ Resp. nº 474781/DF, Rel. Min. Franciulli Neto, DJ 12.05.03)

A exigência editalícia que **restringe a participação de concorrente**, constitui critério **discriminatório desprovido de interesse público**, desfigurando a discricionariedade, por consubstanciar 'agir' abusivo, afetando o princípio da igualdade. (STJ, Resp nº 43856/RS, rel Min. Milton Luiz Pereira, DJ 04.09.95) (grifou-se)

Ainda assim, a própria Constituição Federal/88 decreta com rigor a admissibilidade das **exigências mínimas possíveis**. Sendo assim, é imperioso

salientar também que a Constituição **autoriza somente exigências que configurem um mínimo de segurança, não se admitindo requisitos que vão além disso.** Vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:** [...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure **igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (grifou-se)

Logo, a indevida exigência do item 3.1.5 – 2 corrobora em nulidade, posto que edital está claramente favorecendo profissionais com uma formação específica e desnecessária para a efetivação do objetivo da presente licitação.

Conclui-se, portanto, que é injustificado a necessidade da apresentação de certificado reconhecido pela Resolução CNE/CES nº 1 - MEC - Ministério da Educação em Energias Renováveis, de maneira que não pode a Administração Pública frustrar a exigência legal de amplitude da qualificação.

Ante o exposto, deve ser acatada a presente impugnação ao Edital, nos termos acima expostos, promovendo-se, por via de consequência, a republicação do instrumento convocatório devidamente regularizado.

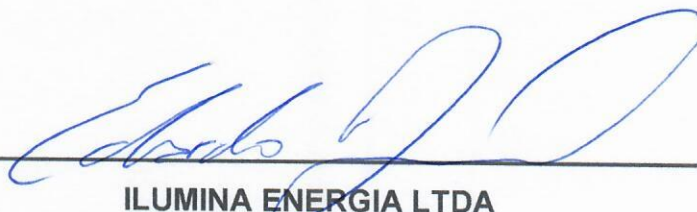
IV- DOS PEDIDOS

Em face ao exposto, **requer-se** o acatamento à presente impugnação ao Edital de Concorrência Pública nº 001/2020, nos termos acima expostos, eliminando o item **3.1.5 -2**, onde é exigido a apresentação de Certificado reconhecido pela Resolução CNE/CES nº 1 - MEC - Ministério da Educação em Energias Renováveis.

Por via de consequência, **requer ainda** seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

**Nestes Termos,
Pede Deferimento.**

Três Palmeiras, 21 de setembro de 2020.



ILUMINA ENERGIA LTDA
EDUARDO CARDOSO PEREIRA DE MARCO
Engenheiro Eletricista
(CREA-RS215.334)